

CGU descarta suspensão de acordos de leniência da Lava Jato

Pagamento da Novonor continua valendo, diz ministro; empreiteira contesta

ALO PALCO O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Carvalho, disse nesta sexta (2) que não há perspectiva de suspensão dos acordos firmados pelo órgão com empresas no âmbito da Lava Jato, após o ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspender os pagamentos no âmbito do acordo de leniência firmado entre a Novonor, antiga Odebrecht, com o MPF (Ministério Público Federal). Em entrevista à GloboNews, Carvalho disse que o acordo entre a Novonor e a CGU, que prevê pagamento de R\$ 2,7 bilhões pela empresa aos cofres públicos, segue valendo e que a companhia precisa continuar mantendo seus pagamentos no âmbito do acordo. Em nota, a empreiteira contesta

a afirmação de que a decisão de Toffoli suspende também acordos feitos com a CGU e a AGU (Advocacia-Geral da União). Na entrevista, Carvalho destacou que a decisão de Toffoli não se estende ao acordo com a CGU. "Não há nenhuma decisão hoje sobre revisão ou anulação, qualquer coisa desse tipo, ou suspensão de pagamentos dos acordos celebrados com a CGU", disse.

"Na nossa perspectiva, nossos acordos são híbridos e estão sob vigência, estão valendo. Não tem nenhuma perspectiva nossa de suspender os acordos, porque de fato não há nenhuma decisão sobre os nossos acordos", acrescentou. A Novonor afirma que a suspensão das multas não é restrita ao acordo com o MPF, mas também aos acordos com a

CGU. "Os acordos tratam rigorosamente dos mesmos fatos. São claramente coligados, sendo que um deriva e está inserido no outro, de modo que as suspeitas de vício que pairam sobre um alcançam, por decorrência lógica, o outro", disse o advogado da empresa, Rodrigo Murovitch.

Os valores estipulados no acordo celebrado com a CGU e a AGU são um pedágio, por assim dizer, dos valores que constam no acordo global firmado com o MPF, disse o defensor, que diz haver "classicalis reconhecendo vínculos de compensação entre os acordos".

O chefe da CGU assegurou que os acordos de leniência firmados pelo órgão com empresas que admitiram irregularidades na operação Lava Jato não contam com a parti-

cipação do Ministério Público. Ele também garantiu que, nesses acordos, não houve criação por parte da CGU junto a essas companhias para firmar tais acordos.

"Esses acordos das empresas com a CGU não têm a participação do Ministério Público, o Ministério Público não assina o acordo, e foram negociados diretamente pela CGU e pelas empresas com base naquilo que as empresas trouxeram para a CGU dentro da sua sacola de provas e de evidências", afirmou.

A defesa da empreiteira acredita que a posição de Carvalho contraria a decisão de Toffoli. "Uma vez que a decisão do STF determinou a suspensão de todas as obrigações pecuniárias decorrentes do acordo celebrado com o MPF, estão logicamente abarcados na suspensão os valores hoje regulados pelo acordo da CGU e da AGU", afirmou Murovitch.

Na decisão em que suspendeu os pagamentos da Novonor no âmbito do acordo de leniência com o MPF, Toffoli disse haver "no mínimo, dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente ao firmar o acordo

de leniência com o Ministério Público Federal".

Dados do Painel de Acordos de Leniência da CGU indicam que dos R\$ 2,7 bilhões acordados pela Novonor com o órgão, 6,3% (R\$ 172,7 milhões) já foram pagos pela companhia a diversas empresas públicas e entes federais, incluindo R\$ 71,4 milhões à Petrobras. Em sua decisão, Toffoli também permitiu a renegociação pela empresa do acordo de leniência. Na entrevista à GloboNews nesta sexta, o ministro-chefe da CGU disse que qualquer empresa pode, se quiser, buscar uma renegociação, mas que não há decisão neste momento que obrigue o órgão a acatar uma reatuação do acordo.

"A empresa pode tentar fazer isso (renegociar acordo) a qualquer momento. Qualquer empresa pode fazer isso. A gente vai ter que discutir se há pressupostos ou não para a renegociação do acordo", afirmou Carvalho.

"Agora, a CGU não está obrigada a renegociar o acordo dela, CGU, se não há uma decisão judicial dizendo que o meu acordo é ilícito ou que o meu acordo não é ilícito.", afirmou Carvalho.

Com informações da Reuters



Carla Cerri/Reuters

BRASIL SERÁ CAMPEÃO DA ENERGIA VERDE, DIZ LULA NA VOLKS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta sexta (2) que não há país que possa competir com o Brasil na transição energética. A declaração foi dada durante evento de anúncio de investimentos da Volkswagen (na foto, o presidente ao lado do vice, Geraldo Alckmin), que ocorreu na fábrica de São Bernardo do Campo (SP). "A gente não é mais campeão do mundo no futebol, mas a gente vai ser campeão do mundo na construção da energia verde e da proteção do planeta Terra, cuidando da nossa Amazônia com muito respeito", afirmou. Lula afirmou o Brasil receberá um investimento de montadoras de R\$ 41,4 bilhões até 2032. Na conta, entra o anúncio de aumento de aporte que a Volkswagen anunciou nesta sexta-feira (2), com foco em eficiência energética. Serão adicionados R\$ 9 bilhões ao programa de investimentos da empresa em curso no país, que teve início há dois anos. No total, serão R\$ 16 bilhões entre 2022 e 2028. O ano final do projeto de investimento da empresa coincide com o tempo-limite do programa Mover do governo federal, que beneficia com impostos menores montadoras que poluem menos, por meio da criação do chamado IPI verde.

Capitalismo de compadres

Somos o oposto dos comunistas chineses, muito mais capitalistas do que a gente imagina

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFPA

Capitalismo de compadres é a norma em países de renda média. No Brasil, quase sempre que uma grande empresa vai à bancarrota pode contar com o miliozinho do Estado, que é especialista em transferir renda dos mais pobres para os mais ricos.

Mas não precisa ser assim. Um exemplo vem da China, onde as autoridades ficaram abando sem fazer nada enquanto a Evergrande, empresa com US\$ 300 bilhões em dívidas, está sendo liquidada na Justiça. Por incrível que pare-

ça, a China teve seu choque de capitalismo, e sua política industrial revêla isso. Enquanto o Brasil continua a insistir na furada política de substituição de importações, a política industrial chinesa é orientada para exportações. E, mais ainda, não interessa quem vai sobreviver.

O processo chinês é feito para que empresas sigam competindo até sobreviverem só as mais eficientes.

A ideia é simples: se um setor é considerado estratégico, subsídios são jogados ao mar,

e os tubarões avançam. Depois que a indústria começa a exportar, os subsídios são retirados. Quem sobrar sobrou. Foi assim, por exemplo, que a China se tornou o país que mais exporta painéis solares. Em 2021, qualquer subsídio ao setor foi retirado do orçamento federal.

É por isso que os investidores que foram com sede ao pote comprar títulos da empresa Evergrande, que tinha acabado de dar um calote, apostando que o governo a salvaria, deram com os burros na

gua. Esses investidores compraram grande parte da dívida da empresa, que totaliza mais de US\$ 300 bilhões, com grande desconto, achando que iam receber o valor completo. Agora que a empresa está para ser liquidada, podem perder tudo. Apostar que o governo chinês vai salvar grandes empresas se revelou, nesse caso, uma furada.

A diferença entre o modelo de industrialização chinês e o brasileiro é simples: a China acredita na disciplina do mercado capitalista. Se o setor não

ficar eficiente, que morram todos as empresas. Os poucos setores estratégicos de verdade, separados para empresas estatais, acabam tendo o mesmo problema do Brasil: empresas ineficientes que muitas vezes perdem mercado para empresas privadas.

Por exemplo, os bancos estatais são incompetentes e, por isso, surgiu todo um setor financeiro grande parte da dívida do banco que roubou os clientes dos bancos estatais. Alipay e Wechat processam mais de US\$ 30 trilhões em pagamentos por ano, e pessoas fazem empréstimos e investem através dos apps. Os bancos estatais continuam perdendo mercado, e o governo não faz quase nada.

Essa ideia de que competição é o que importa foi o que levou ao crescimento chinês dos últimos 40 anos. Essa é a grande lição que deveríamos aprender. Mas não parece que

vamos. O governo Lula vai insistir em subsídios que fazem o contrário: limitam competição, com a ideia de que as empresas locais cresçam. Mas, sem a disciplina da competição internacional, o que as empresas fazem é tornar os produtos caros, sem incentivos para inovar.

E, quando a competição vem, as empresas vão para Brasília pedir mais proteção; capitalismo de compadres em escala nacional. O oposto dos comunistas chineses, muito mais capitalistas do que a gente imagina.

Vamos continuar insistindo em políticas que nos jogam em crise econômica? Lula podia fazer muito melhor que insistir nos erros do passado. Que pelo menos os subsídios sejam dados com mais cuidado. Será que um dia vamos aprender? Pelo visto, não vai ser desta vez.